

caiana

Ermelinda Pataca
Universidade de São Paulo

Arte e ciência na Amazônia no século XVIII: o Prospecto da Vila de Cametá

Arte e ciência na Amazônia no século XVIII: o Prospecto da Vila de Cameté

Ermelinda Pataca
Universidade de São Paulo

A Viagem Filosófica para a Amazônia*

A adoção dos fundamentos das ciências experimentais e a investigação pormenorizada da História Natural e da geografia no século XVIII em Portugal demandaram a reforma de instituições de ensino, como da Universidade de Coimbra (1772), e a criação de estabelecimentos científicos como o Museu de História Natural, o Jardim Botânico, o Laboratório de Química, o Gabinete de Física e um observatório astronômico em Coimbra e Lisboa. Tais instituições tinham várias funções, como proporcionar a formação técnico-científica das elites luso-brasileiras que ocupariam os cargos administrativos ao longo do Império português; desenvolver pesquisa e documentação natural que impulsionassem a inserção portuguesa na comunidade científica europeia; por fim, de institucionalização de espaços museológicos para a sistematização e exibição do “Teatro da natureza”.¹

Domingos Vandelli, médico italiano que idealizou as reformas do ensino na Universidade de Coimbra e a criação do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, planejava produzir a *História Natural das Colônias*. Tal projeto se baseava num amplo levantamento dos produtos naturais das colônias portuguesas com a finalidade de descobrir novas espécies vegetais e animais para o desenvolvimento da agricultura; novas jazidas minerais que impulsionassem a mineração e de fazer observações geográficas sobre a terra, o ar e

água que trouxessem novos elementos explicativos da dinâmica terrestre.

Um primeiro passo para o estudo das potencialidades naturais foi a elaboração e a execução de viagens científicas em todo o império português. As primeiras citações de Vandelli sobre as viagens para as colônias são de 1777, quando se planejava que um naturalista do museu acompanharia os engenheiros e matemáticos das Comissões Demarcadoras de Fronteiras para a Amazônia, no cumprimento do Tratado de Santo Ildefonso de 1777, enquanto outro naturalista ficaria no Rio de Janeiro coletando e enviando os produtos naturais para o Museu. O que de início foi planejado para dois naturalistas no final se concretizou em uma série de Expedições Científicas.



1. José Joaquim Freire, *Prospecto da Villa de Cameté e da entrada que fez o Ill.mo Sr. Martinho de Souza e Albuquerque Gov.or e Cap.m General do Estado na tarde do dia 19 de Janeiro de 1784*. 1784. Aquarela, Amazônia redescoberta no século XVIII, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1992.

Em 1783 partem do Real Jardim Botânico de Lisboa naturalistas e artistas nas *Viagens Filosóficas* rumo às colônias na América, na África e na Ásia. O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) comandava a expedição para o Estado do Grão-Pará na Amazônia portuguesa, onde percorreu cerca de 39.000 km até 1793, juntamente com o botânico Agostinho Joaquim do Cabo e os desenhistas José Joaquim Freire e Joaquim José Codina. Foram enviadas mais três Viagens Filosóficas para Moçambique, Angola e Cabo Verde. Este conjunto de expedições é caracterizado pela formação dos naturalistas e artistas em conjunto no Jardim Botânico da Ajuda em Lisboa, onde também eram sistematizadas as observações, coleções e representações das expedições.²

As relações entre cartografia, história natural, náutica e desenho, expressas nas instruções e características das imagens da Viagem Filosófica, serão desenvolvidas ao longo deste texto. Elegemos aqui o *Prospecto da Villa de Cameté e da Entrada que fez o Ex.mo S.r Martinho de Souza e Albuquerque Gov.or e Cap.m General do Estado, na tarde do dia 19 de Janeiro de 1784* (Fig. 1), como exemplo das associações entre arte, ciência e técnica no conjunto das imagens da Viagem Filosófica. A imagem foi elaborada pelo desenhista José Joaquim Freire durante breve incursão pelo Rio Tocantins, quando os viajantes passaram pela Vila de Cameté.³

Em nossas análises, forma e conteúdo das representações são sempre considerados no contexto histórico. Buscamos as associações explícitas ou implícitas entre textos e imagens, os significados científicos e as proposições políticas das representações. Para compreendermos *Prospecto da Villa de Cameté*, abordamos referenciais nos campos da engenharia militar, da arquitetura e da história natural luso-brasileira no final do século XVIII e a definição dos projetos políticos desenvolvidos na Amazônia para urbanização, agricultura e náutica, que foram expressos nas representações da Viagem Filosófica. Consideramos ainda as vicissitudes de viagem, como contatos políticos, as características físicas do lugar, relevância econômica, informações socioculturais, detalhamento das representações de zoologia ou botânica, possibilidades de exploração das espécies locais, dentre outros fatores, que condicionaram a produção de textos e imagens e a definição dos lugares para observação.

Destacamos as relações intrínsecas entre as Viagens Filosóficas para a Amazônia com as Expedições Demarcadoras de Fronteiras. Para Ângela Domingues, as missões se complementavam em relação aos objetivos de desenvolvimento da agricultura, do inventário dos recursos naturais pela investigação das espécies dos três Reinos, animal, vegetal e mineral. As expedições tinham objetivos de cariz científico e geográfico (reconhecer geograficamente o território, reformular dados, cartografar, medir) e delineavam projetos para lançar as bases de uma colonização durável e próspera.⁴ Num contexto de demarcações de limites entre os domínios de Portugal e Espanha na América, os prospectos de vilas e cidades mostravam a presença portuguesa na Amazônia,

em associação à cartografia resultante dos processos de investigação colonial.

O conjunto das viagens para o Brasil pode ser verificado no mapa demonstrativo dos trajetos das viagens (Fig. 2) realizadas durante a administração de Martinho de Melo e Castro, ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos entre 1777 e 1795. A Viagem Filosófica para a Amazônia pode ser considerada como a principal e recebeu grande apoio governamental, concretizado tanto na figura centralizadora do ministro, quanto no apoio dos governadores das capitanias do Grão-Pará, Rio Negro e Mato Grosso, percorridas pelos viajantes durante os 10 anos de intensas investigações. Ferreira chegou a Belém em 1783, em companhia do novo Capitão-General do Estado do Grão-Pará, Martinho de Souza e Albuquerque e do Bispo, D. Frei Caetano Brandão. A viagem percorreu os Rios Tocantins, Amazonas, Negro, Branco, Madeira, Guaporé, Mamoré e Paraguai, juntamente com seus afluentes, como podemos visualizar no mapa (Fig. 2). A mobilidade fluvial caracteriza as viagens de Ferreira em relação às demais com percursos terrestres. Os transportes pelos rios requisitaram ainda grande ênfase na náutica, que trouxe forte dimensão tecnológica para as investigações da Viagem Filosófica, expressas nas representações.



2. Mapa demonstrativo dos percursos das Viagens Filosóficas realizadas durante a administração de Martinho de Melo e Castro. Base: *Carta da Nova Lusitânia*.

Alexandre Rodrigues Ferreira elaborou memórias, diários e roteiros que foram remetidos para Lisboa no decorrer da viagem e que descreviam com minúcia a natureza Amazônica. Em estreita conexão aos textos do

naturalista e com sua supervisão, durante a viagem os desenhistas elaboraram 1.015 desenhos aquarelados. O acervo iconográfico da Viagem Filosófica nos mostra uma amplitude temática: desenhos de animais, plantas, índios e seus utensílios; mapas e plantas cartográficas; prospectos (ou perspectivas) de cidades, vilas, rios, cachoeiras e serras; perspectivas de máquinas agroindustriais; plantas de edifícios e de casas. Essas obras apresentam interesse especial como registros sobre a natureza amazônica do século XVIII e por revelarem as políticas coloniais.

Posteriormente à viagem foram produzidas cópias em aquarela com a introdução de cenários europeus, e desenhos a nanquim⁵ que serviriam como matrizes para as gravuras da *História Natural do Pará*, obra que permaneceu inacabada e que comporia a *História Natural das Colônias* planejada por Domingos Vandelli, mestre de Ferreira. Analisaremos aqui apenas os desenhos originais produzidos durante o trabalho de campo, pois eles retratam as percepções dos viajantes no exercício da viagem.



3. José Joaquim Freire, *Tucano de papo branco*, de Monforte. *Anacardium Occidentale* Linn. Caju. Aquarela original. Belém, 1784, in *Amazônia redescoberta no século XVIII*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1992.

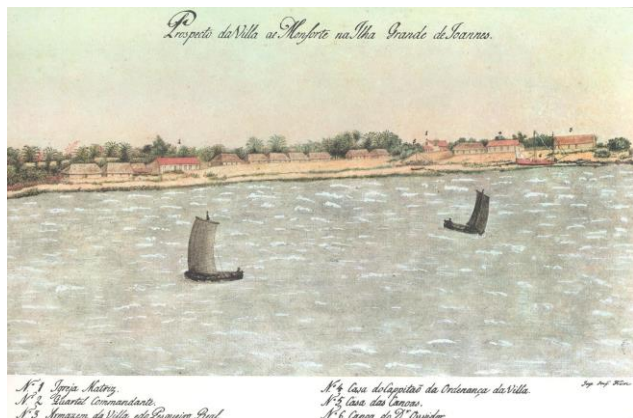
A complementaridade entre as diversas observações de caráter geográfico, mineralógico e antropológico, que também aparece nas Comissões Demarcadoras de Limites, pode ser conferida nas *Instruções* da Viagem Filosófica,⁶ que já determinava a elaboração de uma carta geográfica com informações e descrições coletadas durante a viagem e anotadas em um diário com grande exatidão que permitisse:

(1º) denotar uma Carta Geográfica do País, em que venham marcados com sinais químicos os diferentes minerais, e fosseis: (2º) de além desta propor outra carta também geográfica do País, em que venham indicados os habitantes, os seus costumes, a sua religião: (3º) de indicar pelas observações termométricas o maior grau de frio ou de calor na atmosfera instituídas todos os dias. (4º) de não omitir lugar algum beira mar de que venham indicadas, as bahias, golfos, portos, enseadas, marés, correntes, altura, e lastro de mar segundo o que mostrar a sonda.

A estadia da Viagem Filosófica na capitania do Grão Pará durou onze meses, entre o dia 21 Outubro de 1783 e 19 Setembro de 1784, quando os viajantes realizaram cinco pequenas expedições nos arredores de Belém, capital do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, investigando a agricultura, o comércio, a navegação e a mineração. Essas incursões não estavam previstas nos planos iniciais, minuciosamente delimitados nas instruções particulares da Viagem Filosófica,⁷ que determinavam o período de um mês e meio de permanência em Belém até que os viajantes descansassem da longa jornada da travessia oceânica e que realizassem os preparativos necessários para embarcarem pelo Rio Amazonas. No entanto, a falta de embarcações, provisões e mão-de-obra indígena para a realização de uma jornada tão longa no Rio Amazonas adiou a permanência dos viajantes em Belém, que passaram a investigar alguns locais relevantes em história natural, especialmente agrícolas.⁸

A primeira excursão foi realizada na Ilha de Marajó,⁹ resultando na elaboração de vários desenhos de zoologia e botânica, dentre os quais destacamos o desenho do tucano no cajueiro (**Fig. 3**) como um exemplo singular de um desenho de animal ambientado em uma planta do próprio local, diferindo dos demais desenhos de animais que não apresentavam relações entre espécies. Reassaltamos ainda o *Prospecto da Villa de Monforte* (**Fig. 4**), com caráter urbano, explicitando os projetos reformistas implementados pela Coroa Portuguesa durante a segunda metade do século XVIII, de planejamento e implementação de vilas e cidades em locais estratégicos ou de reforma destes povoados com a construção de símbolos da administração portuguesa, como a Câmara, a igreja e o pelourinho. A elaboração deste

prospecto constitui a experiência inicial de Freire durante a viagem e que servirá como referência para as demais representações desta categoria.



4. José Joaquim Freire, *Prospecto da Villa de Monforte na Ilha Grande de Joannes*. Aquarela original, 1783, in *Viagem Filosófica. Iconografia*. Antropologia e Geografia, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1971. num. 55, vol. 1.

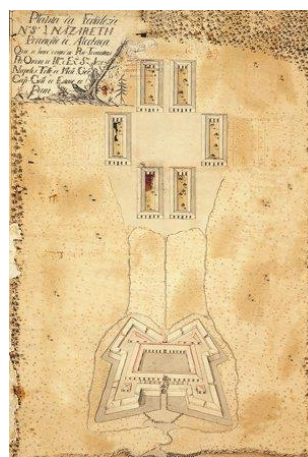
A segunda viagem partiu para o Rio Tocantins¹⁰ e foi realizada por convite do governador Martinho de Souza e Albuquerque, comandante da jornada. A comitiva deixou Belém no dia 16 de Janeiro de 1784 em direção à Fortaleza de Alcobaça no Rio Tocantins (**Fig. 5**) e retornou à capital do Estado do Grão-Pará em 31 do mesmo mês.¹¹ Apesar de não se referir com detalhes à Fortaleza de Alcobaça, a visita ao local, assim como a companhia na jornada de João Vasco Manoel de Braum, sargento-mor e engenheiro da Comissão Demarcadora de Fronteiras que projetou a fortificação, nos demonstram a ênfase militar de defesa e controle territorial.¹²

Para uma otimização do tempo na produção de imagens, apenas o desenhista Freire acompanhou a jornada, enquanto Codina, permaneceu em Belém para a elaboração de três cópias da perspectiva do Palácio do Governador (**Fig. 6 e 7**).¹³ Esses desenhos foram solicitados pelo próprio Governador, demonstrando a necessidade do desenho na colônia como instrumento de gestão colonial e as influências dos governadores no direcionamento das investigações e das representações no exercício das viagens.

Do útil ao deleitável nas relações entre arte, ciência e técnica

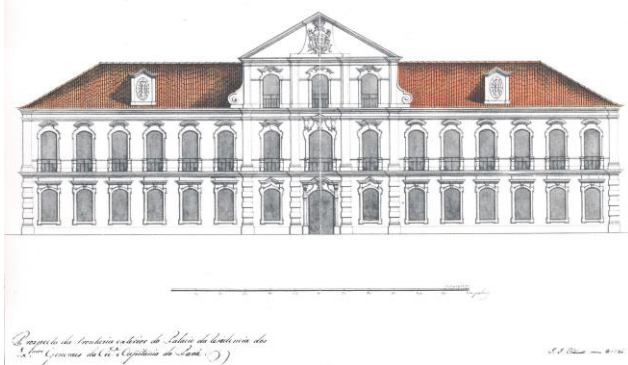
Representado com bastante esmero, o Prospecto da Villa de Cameté (Figura 1) é um belo exemplo da iconografia da Viagem Filosófica e da interação

entre arte, ciência e técnica. O prospecto possui um caráter essencialmente *urbano*, revelando onde e como se estabeleciam os povoados na Amazônia. As representações de paisagens no conjunto de obras da Viagem Filosófica traduzem os objetivos políticos e militares de ocupação do território. Mary Louise Pratt¹⁴ sustenta a tese de que descrições minuciosas das paisagens tinham o objetivo de dominação geográfica e serviam como “aparelhos discursivos mediante os quais os estados definem e representam o território”. Assim, a visualização do território amazônico, através de suas representações gráficas, possibilitaria sua exploração econômica e a dominação colonial.

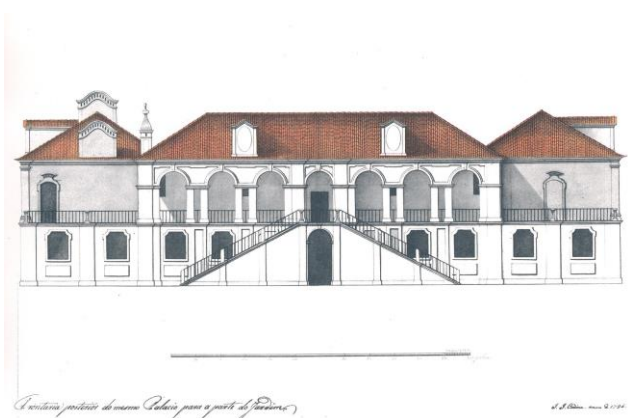


5. *Planta da Fortaleza N.ª S.ª NAZARETH. Povoação de Alcobaça. Que se fez construir no Rio Tocantins por Ordens do Ill.º Sr. José Napolles Tello de Men. Cap.º Gen. do Estado do Pará*. En: Nestor Goulart Reis Filho. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, São Paulo, EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, FAPESP, 2000.

De acordo com Ferreira os prospectos seriam desenhados em *perspectiva*, demandando mais tempo de preparação, por agregarem em si duas funções, de utilidade e do prazer estético: “que no princípio servem de excitar o gosto, e dar a ver o útil adoçado com o deleitável”.¹⁵ Nas imagens resultantes da Viagem Filosófica à Amazônia brasileira, percebemos que as relações envolvidas entre artistas e naturalistas ultrapassam o binômio arte e ciência e que devemos também considerar a história da engenharia militar luso-brasileira na compreensão tecnológica das imagens. Na biografia dos desenhistas das Viagem Filosófica percebemos as relações institucionais que revelam as dimensões técnicas dos desenhos científicos, assim como as aproximações com a cartografia.



6. Joaquim José Codina, *Prospecto da frontaria exterior do palácio de residência dos excelentíssimos generais da cidade e capitania do Pará*. Aquarela original. Belém, 1784, in *Viagem Filosófica. Iconografia. Antropologia e Geografia*, Rio de Janeiro, 1971, Conselho Federal de Cultura, número, 18, vol. 1



7. Joaquim José Codina, *Frontaria do palácio dos generais, lado do jardim*. Aquarela original. Belém, 1784, in *Viagem Filosófica. Iconografia. Antropologia e Geografia*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1971, número, 19, vol. 1.

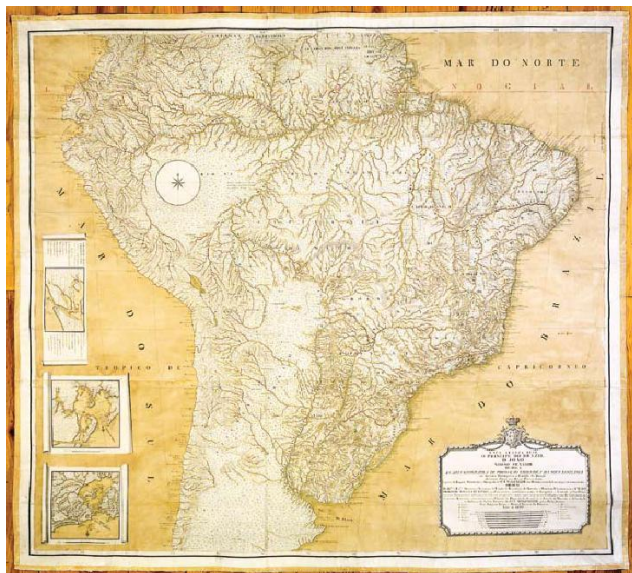
A formação e a atuação do artista José Joaquim Freire (1760-1847),¹⁶ reforçam a aproximação entre as artes, as ciências e a engenharia militar em Portugal e no Brasil nos séculos XVIII e XIX. Durante sua vida, Freire atuou como desenhista de história natural, militar e cartógrafo. Foi aprendiz do artista João de Figueiredo na Fundação do Real Arsenal do Exército, onde aprendeu a desenhar os cunhos das armas e o risco da engenharia militar. Posteriormente, foi contratado como desenhador do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, onde elaborou desenhos de história natural, especialmente de botânica. Neste local foi preparado para a ampla Viagem Filosófica, recebendo algumas instruções que ultrapassavam suas funções de desenhador, como por exemplo, as técnicas de preparação de espécimes botânicas, zoológicas e mineralógicas.

Posteriormente à Viagem Filosófica, em 1793, Freire retomou seu cargo de desenhista na Casa do

Desenho do Jardim Botânico de Ajuda em Lisboa, onde preparou cópias dos desenhos das Viagens Filosóficas. O intenso esforço de sistematização dos produtos dos três Reinos da natureza realizado após a viagem em Lisboa sob comando de Alexandre Rodrigues Ferreira foi sintetizado na elaboração da *Carta geográfica de projeção esférica ortogonal da Nova Lusitânia ou América Portuguesa, e Estado do Brasil* (Fig. 8) desenhada por Freire e Manoel Tavares da Fonseca em 1797 no Jardim Botânico da Ajuda. Os resultados das Viagens Filosóficas ao Brasil no final do século XVIII e das Comissões Demarcadoras de Fronteiras foram representados nesta carta geográfica em detalhada simbologia. As associações entre as viagens ocorrem, inclusive na autoria da carta geográfica de Antônio Pires da Silva Pontes Leme, membro das referidas comissões e que manteve contato com os viajantes na capitania de Mato Grosso.

Em 1798 Freire ingressou na carreira militar chegando, ao final de sua vida em 1847, ao posto de Coronel. Suas atividades cartográficas se intensificam neste período, tendo trabalhado junto ao Arquivo Militar de Lisboa. As funções híbridas entre artista e engenheiro também podem ser verificadas na invenção de máquinas, como uma “sege de salvação de incêndios”. Participou da Revolução Liberal Portuguesa de 1820 e escreveu algumas memórias.

O perfil biográfico de Freire pode ser caracterizado como “artista-engenheiro”, termo cunhado por Zilsel.¹⁷ Segundo este autor, os *artistas-engenheiros* renascentistas, como Brunelleschi (1377-1446), Ghiberti (1377-1466), Leone Battista Alberti (1407-72), Leonardo da Vinci (1492-1519), Vannocio Biringucci (m. 1538), Benvenuto Cellini (1500-1571) e Albrecht Dürer (1471-1528), exerceram um papel essencial no desenvolvimento da ciência. Eles foram responsáveis pela valorização das artes que trouxeram a prática experimental no advento das ciências modernas, com seus múltiplos trabalhos em pintura, escultura e arquitetura, projeção de máquinas, canais, armas e fortalezas, que requeriam experimentação prática e aplicação. Paolo Rossi compartilha da mesma ideia, aprofundando o tema.¹⁸ Freire e Codina são exemplos que destacam as múltiplas atividades de alguns artistas engenheiros: além de desenhistas de História Natural, eram cartógrafos, e o primeiro ainda projetou máquinas de engenharia.



8. Antônio da Silva Pontes Leme (autor); José Joaquim Freire e Manoel Tavares da Fonseca (desenhistas). *A Sua Alteza Real o Príncipe do Brazil, D. João Nosso Senhor dedica a carta geographica de projeção espherica orthogonal da Nova Lusitania ou América Portuguesa, e Estado do Brazil, Antonio Silva Pontes Leme, capitão de Fragata, astrônomo e geographo de sua magestade nas demarcaçoens de Limites que em execução da ordem do Ilmo. e Exmo. Ministro e Secretario de Estado da Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos o Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho graduou nos seus verdadeiros pontos de longitude e latitude pelas observaçoens astronômicas da costa e do interior: recopiladas nesta tanto as próprias configuraçoens do continente pelo mesmo astrônomo como oitenta e seis chartas do depozito da secretaria de Estado da Marinha e dezenhada no Gabinete do Real Jardim Botânico de Sua Magestade pelos dezenhadores Joze Joaquim Freire e M. T. da Fonseca.* Lisboa: Real Jardim Botânico de Sua Magestade, 1787. Coimbra, Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra, Inv. D-027, in *Laboratório do Mundo: Idéias e saberes do século XVIII*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2004, p. 243.

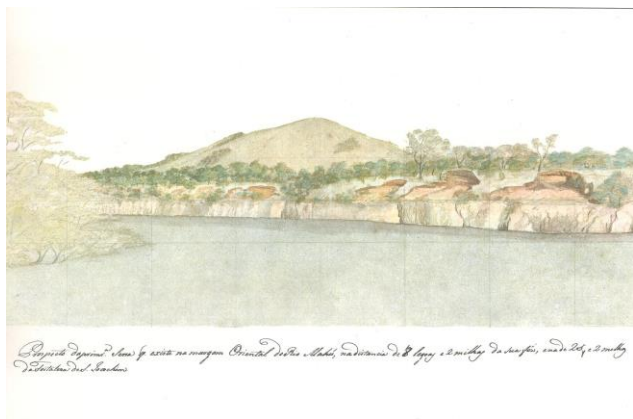
A descrição enciclopédica da natureza, característica da viagem, levou a uma forte aproximação entre as artes e os diversos campos da ciência sintetizados nas obras dos desenhistas das viagens. O conjunto de desenhos originais elaborados no exercício da viagem foram agrupados em três grupos de imagens posteriormente à expedição, cujas denominações nos mostram singularidades das representações e as distinções quanto à forma e conteúdo. Os desenhos in folio soltas foram agrupados em volumes assim intitulados: *Desenhos de Gentios, animaes quadrupedes, aves, amphibios, peixes e insectos. Da Expedição Philosophica do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*,¹⁹ *Prospectos de cidades, Villas, Povoaçoes, Fortalezas, e Edifícios, Rios e Cachoeiras da Expedição Philosophica do Pará, Rio Negro, e Cuyabá*,²⁰ *Plantas da expedição do Pará*.²¹

Notamos aqui uma distinção entre *desenhos* e *prospectos*, que nos conduziu a buscar os significados desses termos no século XVIII. Quanto à forma do *Prospecto da Villa de Cameté* (**Fig. 1**) de início poderíamos caracterizá-lo como uma *paisagem*, assim como outras cenas da Viagem Filosófica. Porém, como assinalado no título, trata-se de um *prospecto*, o que nos conduz a buscar os significados do termo e das características singulares às representações que demonstrem a associação entre arte, ciência e técnica.

Alguns tratados de engenharia e de arquitetura militar portugueses do século XVIII caracterizavam os prospectos²² como um tipo de “planta militar” que “se distingue da pintura, ou miniatura” consideração de extrema importância no entendimento destas imagens. Eram utilizadas técnicas de pintura em aquarela, como a preparação e a caracterização sobre o uso dos pigmentos, técnica na pincelada para obter determinado efeito, etc. Apesar das congruências com a pintura, notamos que os prospectos já se caracterizavam através de padronizações como o uso de caracteres, a simbologia das cores, etc. A singularidade das plantas militares é devida às suas atribuições simbólicas para designar conceitos, como as cores: “toda obra de terra se deve riscar e lavar de preto”, ou “em tudo o que é mar, rio, ribeiras, se deve dar aguada adoçada de verdete líquido, chamado aguada de rios”,²³ regras inexistentes nos manuais de pintura e próximos a tradições cartográficas. As padronizações científicas também eram expressas no uso de legendas explicativas. Aqui texto e imagem se complementam para ampliar o caráter informativo e explicativo através do destaque a destaques da imagem explicados nas legendas.

A maneira cartográfica de representar a natureza também se associava à elaboração dos prospectos através da complementaridade de informações entre as representações conferindo a tridimensionalidade aos objetos pela complementaridade de visões verticais (como os mapas, cartas geográficas, plantas, etc.) e horizontais (como os prospectos e perfis). Svetlana Alpers²⁴ sustenta a tese de que as vistas topográficas que se originaram de uma tradição cartográfica complementavam as informações representadas nos mapas. A aproximação entre mapas e prospectos também aparece nos manuais de engenharia militar, que as caracterizavam em

cartas topográficas, cartas corográficas e cartas gerais. A distinção entre estas representações se dá predominantemente nas escalas de representação: as cartas topográficas representam uma pequena parte da terra, como as cidades, vilas, aldeias, etc., mostrando predominantemente a topografia do local e a disposição das casas, a vegetação local e o movimento de embarcações. Já as cartas corográficas descreviam uma determinada região ou localidade, enquanto as cartas gerais abarcavam regiões mais abrangentes.



9. Joaquim José Codina. *Prospecto da primra. Serra q. existe na margem Oriental do Rio Mahú, na distancia de 8 legoas e 2 milhas da sua foz, e na de 25, e 2 milhas da Fortaleza de S. Joachim.* Aquarela original, 1786, in *Viagem Filosófica. Iconografia. Antropologia e Geografia*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1971. número 70, vol. 1.

A planta iconográfica, ou cenográfica foi um modo de representar muito utilizado por engenheiros de forma que se apreenda a planta pelo perfil e elevação, possibilitando a visualização do objeto em três dimensões. Os edifícios são representados em perspectiva que pode ser pontuada se são empregadas técnicas ilusionistas de representação, e também militar ou cavaleira quando são respeitadas as proporções da figura:

Este modo especial de perspectiva chamada militar ou cavaleira, em que as coisas [...] não alteram as suas proporções, e nisto se distinguem da perspectiva rigorosa, que representa as coisas, não como são, senão como parecem a vista, em geral, se alteram as proporções das grandezas e magnitude dos ângulos.²⁵

As técnicas de desenhar em perspectiva, obedecendo às proporções dos objetos, era feita através de uma técnica renascentista de se traçar uma grade quadriculada sobre a folha de papel a se desenhar e observar através de uma grade que contivesse o mesmo número de quadrados, o que facilitava a reprodução do objeto em sua

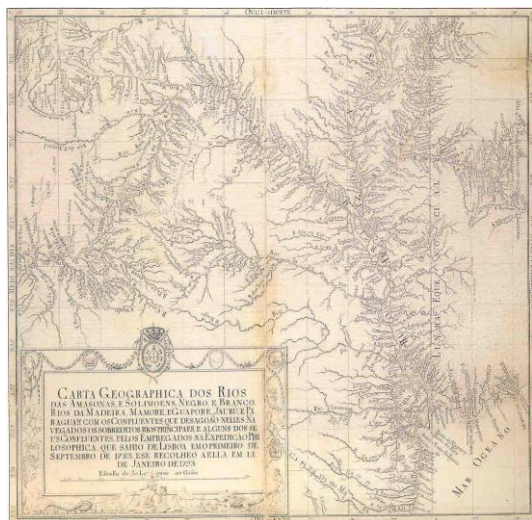
proporcionalidade.²⁶ Em alguns dos prospectos inacabados da Viagem Filosófica encontramos grades quadriculadas a lápis sob a pintura, como é o caso do *Prospecto da Cachoeira do Rio Mahu* (Fig. 9).

Práticas do desenho na urbanização amazônica

O *Prospecto da Villa de Cameté* (Fig. 1) condiz com os objetivos de Ferreira de compor a história natural, civil, filosófica e política do Estado. Além disto, é um registro complementar aos levantamentos geográficos das Comissões de Demarcações de Limites.²⁷ História e a geografia eram integradas para mostrar a “antiguidade dos estabelecimentos portugueses” e caracterizar a posse lusitana do território, servindo como instrumentos de controle territorial e humano.

A escolha da Vila de Cameté para ser representada em Prospecto, que demandava muito tempo dos desenhistas, não é fortuita, mas representa a importância da povoação nas políticas luso-brasileiras de ocupação territorial amazônica, através das vias hidrográficas. Desde o século XVIII o fluxo de embarcações no Rio Tocantins se intensificou tornando-se um canal de ligação entre as minas de ouro de Goiás com a foz do rio Amazonas, num processo de interiorização colonial pela ocupação e exploração das capitânicas centrais no Brasil que não tinham acesso pelo litoral. Com a queda da produção aurífera na capitania de Minas Gerais a partir de 1770, iniciou-se a de busca de novas jazidas, assim como de investigação sobre as possibilidades de exploração mineral e de transportes nas capitânicas de goiás e de Mato Grosso.

A ênfase hidrográfica ao longo da viagem pode ser atestada na *Carta Geographica* (Fig. 10) elaborada por Freire como síntese da Viagem Filosófica através do percurso dos viajantes pelos rios amazônicos e pelas observações realizadas durante a viagem. A minúcia na representação da rede hidrográfica condiz com os objetivos de reconhecimento dos rios e dos possíveis caminhos para o interior através da navegação fluvial que levariam à ocupação do território. Nesta Carta Geográfica podemos observar a representação do Rio Tocantins próximo à margem inferior da imagem.



10. José Joaquim Freire, *Carta Geographica dos Rios das Amazonas e Solimões, Negro e Branco. Dos Rios da Madeira, Mamoré e Guaporé, Jauru e Paraguay, com os confluentes que desagoão nelles. Navegados os sobreditos rios principaes, e alguns dos seus confluentes, pelos empregados na Expedição Philosophica, que sahio de Lisboa em o primeiro de seppembro de 1783, e se recolheo a ella em 12 de Janeiro de 1793.* Após 1793. Nanquim, in Isa Adonias, *Mapa - Imagens da Formação Territorial Brasileira*, Rio de Janeiro, Fundação Odebrecht, 1994.

A Vila Viçosa de Santa Cruz de Cameté foi fundada em 1637, na aldeia Caamutá-tapera, dos índios Camutá, em local geoestratégico. A Vila foi estabelecida na margem esquerda, próxima a foz do Rio Tocantins numa localização que possibilitou que ela se tornasse cada vez mais importante nas políticas coloniais, juntamente com Belém (fundada em 1616), Gurupá e Bragança, que exerciam papel determinante no controle de circulação das vias fluviais.²⁸

A proximidade de Cameté à Belém, capital do Estado do Grão-Pará,²⁹ revela sua importância política e geoestratégica no período colonial brasileiro. Localizada na foz do Rio Amazonas, Belém era a porta de entrada da Amazônia e as políticas coloniais implementadas desde 1750 para o desenvolvimento agrícola e comercial da região amazônica. Como centro administrativo, Belém funcionava como irradiador das políticas coloniais, dentre elas, da urbanização planejada desde Lisboa até as mais remotas aldeias coloniais. As investigações sobre a urbanização de Belém também foram realizadas na *Viagem Filosófica* e foram expressas num texto elaborado por Ferreira³⁰ para acompanhar o Prospecto da cidade de Santa Maria de Belém (**Fig. 11**), através de explicações sobre as construções representadas na imagem.

A urbanização exerceu importante papel para a legitimação da apropriação territorial e colonial na região.³¹ A modernização dos núcleos urbanos na Amazônia brasileira serviu para a implantação sólida da administração portuguesa: apropriar-se do espaço pela renomeação dos povoados, implantar símbolos administrativos, estabelecer a cultura europeia pela aculturação indígena. Para a realização de tais objetivos, a consolidação de núcleos populacionais foi a forma mais eficaz de colonização. A prática do desenho e a formação de técnicos habilitados para a elaboração e execução de projetos urbanos e de fortificações fizeram parte da política expansionista desenvolvida por Portugal no século XVIII, assim como assinalado por Beatriz Bueno:

Tanto quanto qualquer arma de fogo, foi o desenho um dos mais eficientes mecanismos de conhecimento, apropriação e controle do território; um dos veículos capazes de fornecer à Coroa a medida de seu império e materializar nas conquistas a presença de um rei ausente.³²



11. Joaquim José Codina, *Prospecto da Cidade de S. Maria de Belém do Grão Pará*. Aquarela original. Belém, 1784, in *Viagem philosophica às capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Desenhos originaes coligidos por Edgar de Cerqueira Falcão*, São Paulo, Editora Bluncher, 1970, número. 2.

A estrutura urbana representada no prospecto de Cameté simbolizava a administração temporal instituída durante a administração do Marquês de Pombal. Foram criadas instituições como a câmara, o pelourinho, a cadeia, a residência do diretor, a igreja e as casas para o exercício de funções, como os armazéns e as casas das canoas que se tornaram símbolos do poder do Estado e serviam como ferramentas para a concretização das políticas que seriam implantadas na região Amazônica,³³ assim como também ocorreu na Vila de Cameté.³⁴ As ações pombalinas eram baseadas em três objetivos principais: de submeter a alta nobreza ao controle da Coroa; de fortalecer os grandes comerciantes portugueses e de evitar as interferências da Igreja nas decisões da Monarquia. Assim, as reformas urbanas e a

construção de símbolos do Estado e da Igreja em Cameté serviram para a constituição de ideais portugueses e a paisagem lusitana criou o sentido de pertencimento.³⁵

Além da câmara, outras construções que simbolizavam a colonização portuguesa foram assinaladas no *Prospecto da Villa de Cameté*, como igreja matriz construída em grande com projeto de Antônio José Landi em 1758, a capela do Bom Jesus e o quartel general.³⁶ As casas, cobertas com telha e com palha, seguem um alinhamento geométrico próximo à margem do rio, urbanização característica das vilas amazônicas da segunda metade do século XVIII. Tal geometrização enquadrava-se na política urbanizadora do Marquês de Pombal e mostrava a ocupação portuguesa e a efetivação da prática colonizadora. Os rios serviam como elementos ordenadores no processo de urbanização: as construções eram alinhadas em uma das margens do Rio, definida de acordo com os aspectos naturais e geoestratégicos, e as fachadas das construções se voltavam para suas águas. Assim, para a visualização da urbanização das vilas em conjunto, a posição mais adequada seria da margem oposta ao rio, como ocorre no *Prospecto de Cameté*.



12. José Joaquim Freire. *Cipó Uambé-curuba (Philodendron sp.)*. Original aquarelado, in *Amazônia redescoberta no século XVIII*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1992

Dentre as várias funções dos rios no cotidiano amazônico, estaremos aqui ressaltando as relações entre a hidrografia e a urbanização. As tradições náuticas também influenciaram na forma do prospecto, que se associa às tradições representativas em que a topografia do lugar determinava a forma da representação, marcando a associação entre estética e geografia nas práticas da navegação europeia desde o século XV. Antigos navegadores tinham o hábito de

retratar a cidade vista a certa distância, no nível do olhar do observador, traçando as linhas costeiras que viam em suas viagens para funcionarem com um guia para futuras navegações. As imagens eram acompanhadas de informações úteis sobre a localização e o reconhecimento dos lugares por onde passaram, revelando o aspecto geral do casario em seu conjunto visualizado pela linha de contorno das edificações. Em associação à navegação, a posição onde se encontrava o desenhista, no caso de Cameté na margem oposta do rio, determinava a forma da representação. A topografia do local permitiu que Freire vislumbasse a vila na altura de seus olhos, o que determinou que a representação fosse feita em *perfil*:

O perfil na arte de paisagem consiste num recurso formal de representação de lugares no qual unem-se cartografia e arte: nele são providas informações sobre a situação geral do lugar no que diz respeito à conformação topográfica e aos acidentes geográficos como a existência de rio, lago ou mar.³⁷

O *Prospecto da Villa de Cameté (Fig. 1)* nos mostra ainda uma prática da urbanização amazônica no período: a criação de núcleos urbanos entre o rio e as florestas. A pequena mancha urbana com as casas alinhadas ao longo do rio é amplamente circundada pela floresta que serviria como sustento da própria vila e para o desenvolvimento comercial e agrícola que se pretendia no período. O discurso utilitarista de Ferreira para o desenvolvimento agrícola aparece no texto em alusão às paisagens visualizadas em companhia do governador. O imaginário apresentado destaca a dominação do homem em relação à natureza selvagem que deveria ser controlada e domesticada através da agricultura. No trecho a seguir, percebemos as concepções utilitárias de Ferreira em relação às matas observadas durante a viagem pelo Rio Tocantins: “Vê [o governador] no tocante às matas [...] tirando-se de cada uma em particular, ora este, ora aquele gênero para economia e para o comércio e para a navegação”.³⁸

A utilização dos recursos florestais em práticas extrativistas era constante na Amazônia durante o período colonial. O uso das *drogas do sertão*, ou especiarias extraídas da floresta, como cacau, salsa parrilha, corantes (urucum, anil), frutas regionais e madeiras de construção e lenha eram constantes

e foram realizadas pelos jesuítas que administravam a mão-de-obra indígena na Amazônia até sua expulsão em 1759. Posteriormente, o Estado português incentivou a agricultura extensiva na Amazônia, concomitantemente à exploração de drogas do sertão.

No discurso utilitarista de Ferreira sobre as matas, constatamos uma visão preservacionista, aliando a agricultura à exploração vegetal, especialmente para lenhas e madeiras para a construção civil e militar, assim como da associação com as cidades: para a caça e como sustentação do solo que evitasse os problemas erosivos. Pela escala de representação do prospecto de Cameté não foi possível definir com clareza as espécies da mata, mostrando apenas o conjunto vegetal. A ausência de definição botânica entra em consonância com a ciência do período que visava classificar os vegetais através dos sistemas de classificação, especialmente os de Linneu. Assim, não encontramos na iconografia da viagem representações que mostrem a interdependência entre as espécies, cujos estudos foram desenvolvidos especialmente após as viagens de Humboldt e à criação da biogeografia.

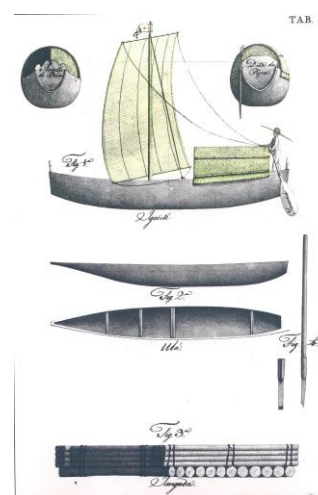
Como exemplo das representações botânicas da Viagem Filosófica e do destaque ao utilitarismo da natureza, apresentamos os desenhos dos cipós de Uambé-curuba (**Fig. 12**) e do Uambé-cima (**Fig. 13**), utilizados na cordoaria de embarcações, principalmente na amarração das madeiras das jangadas (**Fig. 14**). Os desenhos dos cipós, além de serem confeccionadas dentro das normas estabelecidas para o desenho de botânica com a representação do sistema sexual do vegetal, também foram ressaltadas suas utilidades. Nos desenhos das espécies de cipós o caule foi representado separadamente, mostrando a estrutura interior que seria utilizada na fabricação das cordas. No caso do cipó Uambé curuba, foi anotado a lápis “na grossura natural delle” junto ao caule, conferindo destaque à parte utilizada e às suas proporções como informações relevantes para a exploração econômica e sua utilidade náutica.

O uso dos vegetais da floresta impulsionava o desenvolvimento da náutica, especialmente para a construção das canoas e dos artefatos utilizados na navegação fluvial. As canoas eram utilizadas no transporte de madeiras, gêneros agrícolas, drogas do sertão, de animais e na pesca. Eram, portanto,

essenciais para a economia paraense e para a consolidação da colonização portuguesa na região através da defesa territorial com o aumento do tráfego pelos rios que serviam como canais de penetração em regiões da floresta amazônica.



13. Joaquim José Codina. *Uambé-rana (Anthurium sp.)*, in *Amazônia redescoberta no século XVIII*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1992.

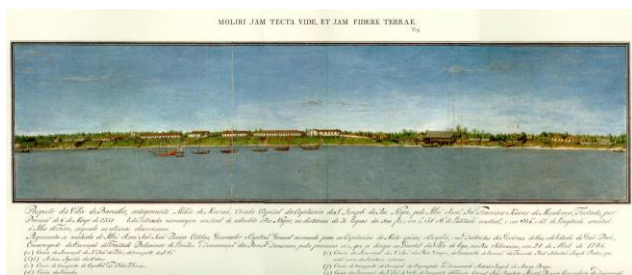


14. Joaquim José Codina. *Tab. 1ª*. Original Aquarela. Barcelos, 1787, in *Viagem Filosófica. Iconografia. Antropologia e Geografia*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1971 número 36, vol. 1.

Embarcações paraenses como símbolos de dominação colonial

O destaque à navegação fluvial se dá na minúcia do desenho nas representações das embarcações dos membros da Viagem Filosófica e do Governador. No caso da Amazônia os rios tinham grande importância no cotidiano da população e por isso foram amplamente retratados na Viagem Filosófica, demonstrando as práticas culturais: o movimento das águas servia como fonte de energia dos engenhos utilizados em processos agrícolas e

mineradores; como vias de transporte os rios eram essenciais para o desenvolvimento de regiões pouco povoadas, de abastecimento de água, etc.



15. José Joaquim Freire. *Prospecto da Villa de Barcellos, antigamente Aldêa de Mariuá, creada capital da Capitania de S. Joseph do Rio Negro, pelo Illm.o e Exm.o Snr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado por Provisão de 6 de Mayo de 1758. Está situada na margem austral do sobredito Rio Negro; na distancia de 70 legoas da sua foz; e 5, 58' 11" de latitude austral e 314°. e 42" de longitude oriental, á ilha de Ferro, segudo as ultimas observaçoens. Representa-se a saída do Ill.mo e Ex.mo Snr. João Pereira Caldas, Governador e Capitão General nomeado para as capitánias de Mato-grôssso, e Cuyabá, e nos Destrictos dos Governos dellas, e do Estado do Grão-Pará, Encarregado da Execução do Tratado Preliminar de Limites e Demarcação dos Reaes Domínios, pela primeira Vez, que se dirige ao Quartel da Villa de Ega, no Rio Solimões em 28 de Abril de 1784. Aquarela original, 1785, in *Viagem philosophica às capitánias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Desenhos originaes coligidos por Edgar de Cerqueira Falcão*, São Paulo, Editora Bluncher, 1970, número. 54.*

O *Prospecto da Villa de Cameté* (Fig. 1) mostra o cortejo de um acontecimento importante no cotidiano da povoação: a chegada do Governador do Estado, Martinho de Souza Albuquerque, representada com especial destaque no primeiro plano, com detalhadas explicações na legenda sobre a ocupação em cada embarcação. A presença do governador na comitiva, assim como a simbologia política demonstrada nas posições das embarcações, e reforçada nos símbolos das bandeiras com brasões Reais, atesta a necessidade de comprovar a presença do Estado português na demarcação e ocupação territorial. Em termos simbólicos, a importância da visita do governador também foi registrada no arco erigido pela câmara, construído ao centro da povoação, numa homenagem do acontecimento. A construção do monumento, assinalado no *Prospecto da Villa de Cameté* simboliza a dominação política na Amazônia. Na imagem, a disposição das canoas na comitiva designa as atribuições simbólicas do poder durante o período colonial.³⁹

Foram também confeccionados outros prospectos de cidades com representações de acontecimentos importantes. Um exemplo disto é o do *Prospecto da Villa de Barcelos*⁴⁰ (Fig. 15),

elaborado por Freire,⁴¹ na capital da capitania de São José do Rio Negro (atual Estado do Amazonas). Na imagem “Representa-se a sahida do Ilm.º e Exm.º Snr. João Pereira Caldas, ... pela primeira vez, que se dirige ao Quartel da Villa de Ega, no Rio Solimoens, em 28 de Abril de 1784”. A cena retratada, agora da saída do governador, ocorreu no mínimo um ano antes da confecção da imagem, tendo sido criada pelo desenhador que não observou o acontecimento. Tal representação foi criada por Freire devido à importância do momento, que simbolizava as formas de dominação política da Capitania. A disposição da comitiva pode ter sido baseada no *Prospecto da Villa de Cameté* (Fig.1) confeccionado anteriormente por Freire que presenciou um acontecimento deste tipo. Pelas legendas, percebemos a canoa do governador em primeira posição e posteriormente os empregados da Comissão Demarcadora de Limites.⁴²

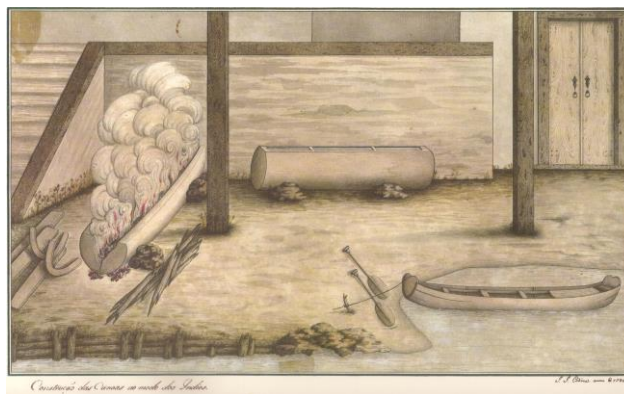
A presença do governador como comandante de observações e investigações era comum no período e demonstrava para a população o efetivo controle do Estado. Como assinalado por Ângela Domingues,⁴³ muitos dos administradores coloniais, como os governadores, tinham formações científicas e participavam de uma rede de informações, mandando para a Corte inventários naturalísticos e geográficos, além de serem responsáveis pelo desenvolvimento técnico e científico na colônia.

Na viagem para Cameté, o Governador e sua família estavam na canoa vermelha posicionada à frente da comitiva. As embarcações no *Prospecto de Cameté* se associam ao conjunto iconográfico da Viagem, que apresenta várias cenas de cidades e vilas com canoas navegando pelos rios (Fig. 4, 11, 15). O destaque às embarcações em primeiro plano, assim como a minúcia na representação de seus detalhes, nos mostra a importância concedida à navegação e às atribuições simbólicas do poder estatal, expresso nas bandeiras com o Brasão Real, das canoas oficiais, na disposição hierárquica das canoas, nas cores e nos modelos das embarcações. Para apreendermos as informações e atribuições simbólicas designadas às embarcações, devemos associar as imagens à *Memória sobre a marinha interior do Estado do Grão-Pará*,⁴⁴ texto que revela a importância atribuída à navegação. Ao informar sobre as condições da navegação dos rios, Ferreira pretendia desenvolver considerações que incentivassem o

desenvolvimento econômico da região. O aumento do fluxo náutico impulsionaria as transações comerciais, tanto internas quanto externas, e consequentemente o desenvolvimento da produção agrícola, como explicitado por Ferreira “de prosperarem o negócio interno e navegação mercantil dos Domínios do Ultramar”.⁴⁵

No prospecto (**Fig. 1**), estão representadas duas pequenas canoas ao lado esquerdo da Vila de Cameté, que eram denominadas na época como ubás. Além destas, no cortejo da entrada do governador, vemos duas canoas com velas cujas explicações nas legendas indicam que eram utilizadas como montarias, ou seja, que transportavam gêneros necessários para os expedicionários de cada embarcação. Essas canoas eram denominadas de igarités, contração de igarareté, que quer dizer canoa verdadeira.

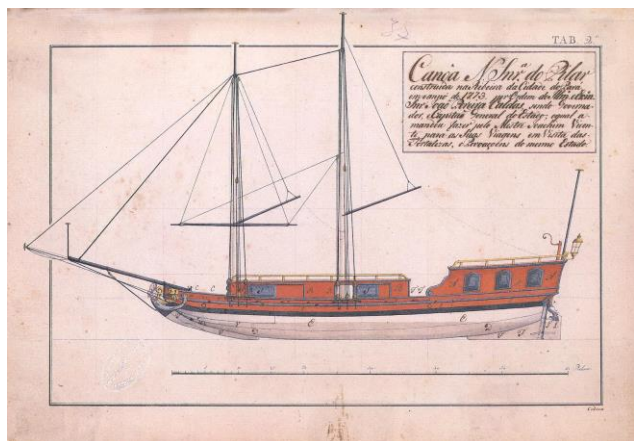
Alexandre Rodrigues explica o processo de construção das canoas em descrições complementares a um conjunto de dez desenhos elaborados por Codina em 1787. As técnicas de construção das canoas indígenas foram expressas no desenho *Construção das Canoas ao modo dos Índios* (**Fig. 16**) e na Tab. 1^a (**Fig. 14**). Numa primeira etapa de construção das ubás se desbasta a casca do tronco por fora a fim de aumentar sua durabilidade. Posteriormente, marca-se o tronco com uma verruma e escava-se com o “ferro de canoa” –ferramenta representada na figura 4^a da tab. 1^a (Figura 16). A terceira etapa consiste na queima da canoa para retirar suas imperfeições. Após assentar a canoa em local apropriado, como verificamos na (Figura 15), obstruem-se com barro os orifícios que foram abertos pela verruma, cobre-se o fundo da canoa com terra, arruma-se a lenha – representada ao lado da canoa– dentro da canoa e por fim ateia-se o fogo. Borrifa-se água para controlar a temperatura da queima que dura três horas.⁴⁶ As ubás também poderiam ser construídas com cascas inteiriças de árvores – como a barriguda, em que se inseria as das rodela de proa e de popa, como aparecem na fig. 1^a da Tab. 1^a (**Fig. 14**). As igarités se distinguiam das ubás pelo uso de velas, coberturas e das rodela de proa e de popa.



16. Joaquim José Codina. *Construção das Canoas ao modo dos índios*. Aquarela original. Belém, 1784, in *Viagem philosophica às capitâneas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Desenhos originais coligidos por Edgar de Cerqueira Falcão*, São Paulo, Editora Bluncher, 1970 número 43.

As canoas dos oficiais representadas no prospecto de Cameté (**Fig.1**) também foram minuciosamente descritas por Ferreira. Elas começaram a ser construídas com maior intensidade durante o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal. Anteriormente, existiam apenas as canoas do General do Estado, a do Ouvidor, a dos três prelados dos carmelitas, mercenários e jesuítas para as visitas de suas casas religiosas.⁴⁷ Símbolos da nova política pombalina, estas canoas se incorporaram ao cotidiano paraense principalmente após a primeira Comissão Demarcadora de Limites –tratado de Madri de 1750, que requeria uma grande quantidade delas. A náutica paraense sofreu grandes transformações, com inserções de técnicas portuguesas, devido à ampla utilização de embarcações nas expedições setecentistas.⁴⁸

A administração colonial era simbolizada através da cor pintada nas canoas oficiais. Somente a canoa do governador do Estado poderia usar do vermelho com molduras em azul,⁴⁹ assim como aparece no prospecto de Cameté (**Fig. 1**). Encontramos uma canoa semelhante no *Prospecto da Vila de Barcelos* (**Fig. 15**), posicionada em primeiro lugar na comitiva por transportar o governador. Essa canoa de Nossa Senhora do Pilar foi objeto de representação de Codina nas Tab. 2 e Tab. 3 (**Fig. 17 e 18**) que representam a canoa oficial em perfil e em espacato. As canoas dos oficiais militares e demais empregados do governo eram pintadas em verde, com moldura em vermelho, assim como a canoa N. S. da Redenção, do transporte do ouvidor Geral do Pará, no prospecto de Cameté.



17. Joaquim José Codina. Tab. 2^a. Canoa N. Snra. do Pilar. Aquarela original. Barcelos, 1787, in *Amazônia redescoberta no século XVIII*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1992.

A presença de canoas no Prospecto da Villa de Cameté reforça a importância da náutica nos projetos de desenvolvimento colonial para a Amazônia, expressos desde os símbolos de dominação política do Estado até as canoas indígenas utilizadas nos transportes dos produtos agrícolas e das drogas do sertão, que impulsionassem o desenvolvimento econômico na agricultura e no comércio. No que diz respeito às transformações técnicas devemos ressaltar uma série de adaptações náuticas as novas necessidades resultantes das reformas urbanísticas, econômicas e sociais planejadas para a Amazônia desde as reformas pombalinas, expressas no detalhamento técnico do desenho e nos projetos de construção de canoas e barcos artilheiros pelos engenheiros empregados nas Comissões Demarcadoras de Fronteiras.

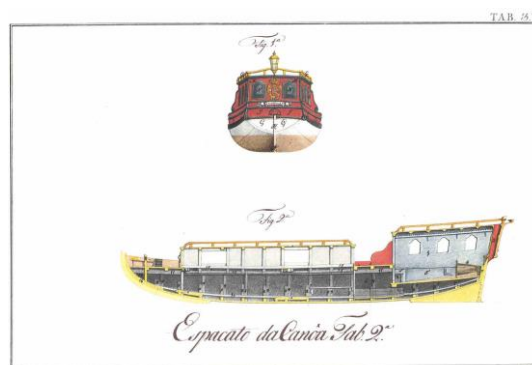
Testemunha ocular na auto-representação

Em consonância com a ciência moderna que demandava a observação direta da realidade para posterior reflexão e síntese, várias das representações resultantes da Viagem Filosófica atestam a presença dos viajantes conferindo legitimidade pela inspeção ocular. A presença do governador, representada nas canoas dos prospectos, foi reafirmada por Ferreira que convoca o governador a deixar o gabinete e inspecionar o Estado pessoalmente, simbolizando a dominação colonial pela implementação racional das reformas políticas sob a égide iluminista:

Bem haja V. Ex^a, que tudo quer ver, e examinar [...] Para averiguar as necessidades do Estado, não presume de

as conhecer encerrado no seu Gabinete, com o compasso na mão sobre os mapas, porque está persuadido, que governar um Estado, sem sair de sua casa, é recitar para hospital que se não visita.⁵⁰

A necessidade de demonstrar a presença dos viajantes na comitiva que chegava à Villa de Cameté (**Fig. 1**) foi representada ainda pela presença do próprio desenhador. Na imagem as canoas ocupam posição de destaque no primeiro plano, que contém as canoas e montarias do governador, do ouvidor e de Ferreira. O naturalista, juntamente com o desenhador Freire, ocupavam a Canoa S. Francisco Xavier, quarta da comitiva. Ao lado esquerdo, próximo à margem oposta à Vila, Freire desenhou novamente a mesma canoa que serviu para seu transporte, na intenção de se auto-retratar.



18. Joaquim José Codina. Tab. 3^a. Espacato da Canoa Tab. 2^a. Aquarela original. Barcelos, 1787, in *Viagem filosófica às capitânias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Desenhos originais coligidos por Edgar de Cerqueira Falcão*, São Paulo, Editora Bluncher, 1970, número. 35.

Freire confere a si próprio destaque na imagem, ocupando o primeiro plano ao lado esquerdo do prospecto, posicionado de costas para o espectador e de frente para a vila desenhando sobre uma prancheta de madeira. É como se houvesse dois acontecimentos simultâneos: a chegada da comitiva destacando a importância do acontecimento para o cotidiano da população e o ato do artista ao retratar a cena. A repetição da canoa um pouco mais adiante no desenho mostra duas situações temporais distintas, apresentado um movimento temporal e criando uma narrativa sobre os acontecimentos realizados no local.

A multitemporalidade apresentada na imagem pode assumir múltiplos significados. Em consonância com os objetivos das Viagens Filosóficas, que na época eram conceituadas como

“a exata observação dos países”⁵¹, o testemunho ocular dos viajantes, documentado nas representações, conferia legitimidade à representação. Por outro lado, a auto-representação é um recurso utilizado na tradição artística que ultrapassa os objetivos geoestratégicos e documentais requeridos pelas atividades científicas do período.



19. Jan Van Eyck. Os esposais dos Arnolfini. 1434. Óleo sobre madeira. 81,8x59,7 cm. National Gallery, Londres. En: <http://agordura.wordpress.com/tag/o-casal-arnolfini/>

A imagem mais antiga que se conhece em que um artista se auto-retratou num quadro foi em 1434 em *Os esposais dos Arnolfini*, (Fig. 19) onde o pintor Jan van Eyck aparece em um espelho ao fundo da imagem observando a cena. Acima do espelho, o artista escreveu as inscrições latinas “Johannes de eyck fiut hic” (Jan Van Eyck esteve aqui). Este novo atributo representativo conferia maior realismo à pintura pela presença de uma testemunha, mais precisamente do próprio pintor. Posteriormente diversos artistas se auto-retrataram em pinturas, como alguns holandeses que se retratavam em reflexos de vasos ou de espelhos.⁵² Freire ao se auto-representar, também conferia legitimidade à pintura, pois provava sua presença de fato ao observar a cena, em contraste a pintores europeus que representavam a natureza americana sem terem viajado.

A comprovação da presença do artista conferia maior legitimidade à representação, aumentando seu caráter testemunhal e acercando-o aos ideais de cientificidade. Neste sentido, Ferreira em alguns de seus textos, também declarava sua presença no local de investigação, como na *Memória sobre as máscaras e camisetas que fazem os gentios yurupixunas*, em que ele assim

declarava: “Vi o quanto podia desejar para compreender a forma e os motivos de semelhantes bailes”.⁵³

O recurso de auto-representação também foi utilizado na Viagem Filosófica para Angola, cujas investigações faziam parte dos planos de Vandelli para elaboração da *História Natural das Colônias*. Assim como Freire, o artista Antônio José se auto-representou na aquarela do Rio Dande (Fig. 20). As duas representações mostram as posições dos desenhadores em relação às povoações: enquanto Freire se encontra na embarcação, Antônio José está sentado na margem oposta ao rio. O interessante nesta última é o destaque a seus personagens, mostrando as atividades científicas e artísticas dos componentes da expedição: o desenhador está representando o prospecto de uma cidade, enquanto o naturalista está fazendo algumas medidas geográficas.

As atividades geográficas foram ressaltadas na representação do Rio Dande, de acordo com as instruções da viagem em elaborar uma carta geográfica do território.⁵⁴ Neste prospecto notamos uma aproximação muito intensa entre a forma cartográfica e a pintura de paisagens. A cena foi retratada de cima para mostrar o rio cartograficamente, mas a povoação é representada numa espécie de vista topográfica em perfil, mostrando a disposição das casas como se o expectador as observasse na posição em que se encontra o desenhador, em frente a elas na margem oposta do rio. Mais uma vez, percebemos no conjunto das Viagens Filosóficas a estreita associação entre a cartografia e a pintura na representação territorial e a necessidade de revelar a presença no local para a observação direta da natureza.

A multitemporalidade do Prospecto de Cameté para a representação de eventos em momentos distintos revela a componente narrativa da Viagem Filosófica em textos e imagens. A associação intrínseca entre imagem e texto, expressa nas instruções de viagem do período, revela a necessidade de descrição visual de forma complementar à textual: “Entre a descrição das coisas entra também o Risco, e Pintura, a qual se aplicará aqueles objetos, que a narração não for capaz de descrever perfeitamente, e em clareza”.⁵⁵



20. Antônio José. Aquarela representando o Rio Dande (Angola). Cerca de 1784. Aquarela e Nanquim, in William J. Simon, *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808)*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1983.

Os textos de Ferreira constroem narrativas sobre processos de atividades fabris desenvolvidas na Amazônia e que muitas vezes são registrados em conjuntos de imagens. Esse é o caso da série de 10 imagens de embarcações que se associam ao texto sobre a Marinha interior do Estado⁵⁶ e que apresentamos alguns exemplos neste texto (**Fig. 14, 17, 18**). Nesse exemplo a narrativa completa do processo se complementa em sequências de imagens que se complementam, tanto pela representação do objeto sob várias perspectivas, como nas (**Fig. 17 e 18**) que mostram uma canoa em várias posições, levando ao movimento do olhar do espectador e a compreensão do objeto como um todo.

Outro exemplo de movimento constitui-se em uma única imagem que apresenta *processos* construtivos numa sequência de eventos. Mais uma vez, invocamos aqui uma imagem já apresentada sobre a *Construção das canoas ao modo dos índios* (**Fig. 15**) que mostra na mesma imagem a sequência dos estágios de construção das canoas descrita por Ferreira no seu texto. Esse recurso foi comum na viagem e foi frequente nas imagens da Enciclopédia de Diderot e D'Alembert.

A multitemporalidade do *Prospecto da Villa de Cameté* mostra o desenhista em ação e a importância desta atividade para o conjunto das Viagens Filosóficas no período, tanto na documentação em história natural quanto no levantamento geográfico que possibilitaria a apropriação e dominação colonial. O recurso de auto-representação e da explicitação da presença dos viajantes no local serviu como um dispositivo

de legitimação das imagens e textos, assim como atesta a pretendida cientificidade das representações em consonância com todo o projeto de introdução das ciências modernas em Portugal e suas colônias delineado no período.

Considerações finais

No contexto de reformas políticas e urbanísticas da Amazônia, o desenho serviu como instrumento eficaz para demonstrar a apropriação colonial que se pretendia. O *Prospecto da Villa de Cameté* apresenta as proposições políticas de ocupação lusitana do território, especialmente pela presença do Estado Português, simbolizada na figura do Governador em sua visita ao local. A proximidade política das investigações da Viagem Filosófica foi ainda certificada na participação do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e de José Joaquim Freire que ao se auto-representar, amplia a legitimidade de sua representação em consonância com os preceitos iluministas de observação direta da natureza.

Ressaltamos a dimensão técnica do prospecto que o aproxima das tradições da engenharia militar em Portugal. As convenções cartográficas expressas nos manuais de arquitetura e engenharia aparecem no prospecto de Cameté, elaborado sob a forma cartográfica de representar as paisagens. Havia um sentido de complementaridade entre as representações, em que as vistas topográficas ou prospectos, mostravam cenas que os mapas não representavam. As relações entre a história natural, engenharia militar, a arquitetura e a cartografia possibilitaram a construção do referencial visual do desenhador para a elaboração dos prospectos e assegurou a multiplicidade de habilidades de representação da diversidade de objetos da Viagem Filosófica.

Notas

* Este artigo foi desenvolvido a partir da dissertação de mestrado: Ermelinda M. Pataca. *Arte, ciência e técnica na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira: confecção e utilização de imagens histórico-geográficas na capitania do Grão-Pará, entre setembro de 1783 e outubro de 1784*. Campinas, Instituto de Geociências/UNICAMP, 2001. Orientação da Profa. Dra. Maria Margaret Lopes e financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP). Este trabalho foi inicialmente apresentado no 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Ermelinda M. Pataca, *Congruências entre cartografia e pintura no Prospecto da Vila de Cameté (1784) de José Joaquim Freire*, 2012. https://www.ufmg.br/rededemuseu/crch/simposio/PAT_ACA_ERMELINDA_M.pdf

¹ Para maiores informações sobre o conjunto das Viagens Filosóficas, ver em Ermelinda M. Pataca, *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas*. Tese de doutorado. Campinas, Instituto de Geociências/UNICAMP, 2006.

² Miguel Faria e Ermelinda M. Pataca, “Ver para crer: a importância da imagem na gestão do Império Português no final de setecentos”, in *Anais. Série Histórica*, Universidade Autónoma de Lisboa, vol. 9-10, 2005, pp. 61-98.

³ Foram preparadas duas cópias do prospecto: uma para o governador e outra para ser enviada a Lisboa. Não encontramos a cópia do governador, mas pode estar conservada no Estado do Pará. Utilizaremos a cópia que foi enviada para Lisboa e que foi incorporada ao conjunto de prospectos da Viagem Filosófica. Não podemos assegurar que o *Prospecto da Villa de Cameté* foi finalizado no campo devido à brevidade de tempo que os viajantes permaneceram no local (apenas dois dias). É provável que o desenhador tenha feito um esboço e finalizou a imagem posteriormente em Belém, na casa de João Manoel Rodrigues, onde ficou hospedado até a expedição deixar esta cidade em Setembro de 1784.

⁴ Nelson Sanjad e Ermelinda M. Pataca, “As fronteiras do ultramar: engenheiros, matemáticos, naturalistas e artistas na Amazônia, 1750-1820”, in *VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. Artistas e artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, pp. 431-437.

⁵ As alterações mais profundas foram realizadas em desenhos de animais e retratos de indígenas, tanto na introdução de cenário, quanto nos objetos representados. Não trataremos das cópias aqui, pois buscamos principalmente as questões relativas ao trabalho de campo.

⁶ “Instruções relativas à Viagem Filosófica effectuada pelo naturalista Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, nos anos de 1783-1792”, in *Revista da Sociedade Brasileira de Geografia*. vol. 53, 1946, pp. 46-52.

⁷ *Ibidem*.

⁸ Carta de Alexandre R. Ferreira para o ministro Martinho de Melo e Castro. Pará, 8 de fevereiro de 1784, in Américo P. de Lima, *O Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953, pp. 119-121.

⁹ A expedição para a Ilha de Marajó foi abordada em Ermelinda M. Pataca, “A Ilha de Marajó na Viagem Filosófica (1783-1792) de Alexandre Rodrigues

Ferreira”, *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Série Ciências Humanas*, Belém, vol.1, número 1, 2005, pp.149-169.

¹⁰ Sobre as referências agrícolas desta viagem utilizamos o texto de Alexandre R. Ferreira, *Estado Presente da Agricultura do Pará. Representado a S. Ex^a o S.r Martinho de Souza Albuquerque, governador e Capitão General do Estado*. Manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 21, 1, 6. Este texto foi elaborado após a viagem a Tocantins e descreve os gêneros cultivados às magens do Rio.

¹¹ O percurso indicado no roteiro da viagem é o seguinte:

(15 Jan. 1784) Embarquei pela meia noite no porto da cidade [de Belém], e com 19 lg. De viagem peo Rio Mojú acima, cheguei ao canal do Igarapé-merim. Dalli na distancia de mais 11 lg. Sahi á Bahia do Marpatá, que hé a barra do sobre-dito Tocantins. Naveguei 14 lg. Por elle acima até ao lugar de Azevedo, e com mais huã legoa de viagem, pelas 4 h. da tarde de 19 aportei na Villa de Cameté.

(Jan. 21 – 1784) Segui viagem pelas 7 h da manhã, e tendo navegado couza de 30 lg. Até ás 4 h. da tarde de 26, cheguei ao lugar de Alcobaca. Dalli regressei para a cidade do Pará, onde cheguei pelas 11h. da noite de 29.

In “Roteiro das viagens que fez pelas capitánias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Alexandre Rodrigues Ferreira, a quem acompanharão os desenhistas, Joseph Joachim Freire, Joachim Joseph Codina e o Jardineiro Botanico Agostinho Joachim do Cabo”, *Boletim do Museu Nacional*, 1938, número 9, pp. 108-118.

¹² Ao longo da Viagem Filosófica foram elaborados prospectos de fortificações construídas pelos portugueses em posições geoestratégicas, especialmente nas fronteiras.

¹³ Duas cópias do desenho ficaram com o governador e a outra foi enviada para Lisboa. Carta de Alexandre R. Ferreira para o ministro Martinho de Melo e Castro. Pará, 8 de fevereiro de 1784, in Américo Pires de Lima, *O Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953, pp. 119-121.

¹⁴ Mary Louise Pratt. “Humboldt e a reinvenção da América”, in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1991, vol. 4, número 8, pp. 151-165, documento eletrônico: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2321/1460>

¹⁵ Américo P. de Lima, *O Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira*, Documento XI, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953.

¹⁶ Trataremos da biografia de Freire por ser melhor documentada e estudada, além de ter sido o autor da principal imagem aqui em análise. O historiador português Miguel Faria elaborou detalhada biografia modal de Freire, partindo da história da arte e aproximando-se engenharia militar, campo de formação e atuação dos desenhadores envolvidos nas viagens. Cf. Miguel Faria, *A imagem útil. José Joaquim Freire (1760-1847) desenhador topográfico e de história natural: arte, ciência e razão de estado no final do Antigo Regime*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 2001.

¹⁷ Edgar Zilsel, “The sociological roots of science”, in *American Journal of Sociology*, Chicago, 1942, vol. 47, número 4, pp. 544-562, (Jan, 1942), documento eletrônico: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2769053?uid=3737512&uid=2&uid=4&sid=21104651972691>

¹⁸ Paolo Rossi, *Os Filósofos e as Máquinas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

¹⁹ Arquivo Histórico do “Museu Bocage” (AHMB), Lisboa.

²⁰ O volume 1º encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Manuscritos 21, 1, 1.

²¹ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 21, 1, 4 – 8.

²² Os conceitos para as “cartas militares” em perspectiva estão sistematizados em um manuscrito do Museu Nacional do Rio de Janeiro escrito possivelmente por Domingos Gomes de Carvalho e intitulado *A arte do desenho y plantas militares em cras moxas, ou regras, das quais dumas são reaez, e outras d uso, ou diversão: estas moxas, ou regras que passamos a descrever distinguem da pintura, ou miniatura*. Sem data.

²³ *Idem*.

²⁴ Svetlana Alpers, *A arte de descrever*, São Paulo, EDUSP, 1999.

²⁵ Domingos Gomes de Carvalho, *op. cit.* p. 5.

²⁶ *Idem*.

²⁷ Arthur C. F. Reis, “A Amazônia vista pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, (Julho - Setembro, 1957). Ângela Domingues, *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: Política, Ciência e Aventura*, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1991.

²⁸ Elis Miranda, “Cametá: marcas da presença portuguesa na Amazônia”, in *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico no Antigo Regime: poderes e sociedades*, Lisboa, 2005, documento eletrônico: http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=76&Itemid=69

²⁹ Em 1750 Belém se tornou a capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão, sendo o centro administrativo das capitanias do Grão-Pará, Maranhão, Piauí. Em 1774 passou a administrar as capitanias do Grão-Pará e de São José do Rio Negro, atuais Estados do Pará, Amapá, Tocantins e Amazonas.

³⁰ Alexandre R. Ferreira, *Miscelânea histórica para servir de explicação ao prospecto da cidade de Belém do Grão-Pará*, 8 de Setembro de 1784. Cópia manuscrita do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 282, livro 7.

³¹ Ângela Domingues, “Urbanismo e colonização na Amazônia em meados de setecentos: a aplicação das reformas pombalinas na capitania de S. José do Rio Negro”, in *Revista de Ciências Históricas*, Porto, 1995, Universidade Portucalense, vol. 10, pp. 263-273.

³² Beatriz S. P. Bueno, “Desenho e desígnio – o Brasil dos engenheiros militares”, in *Oceanos*, Lisboa, vol. 41, 2000, pp. 40-58.

³³ Ângela Domingues, *op. cit.*

³⁴ Em Cametá algumas construções que simbolizassem a colonização portuguesa foram assinaladas, como constatamos na legenda da imagem:

1. Igreja Matriz
2. Capella do Bom Jesus
3. Hospício dos Mercenários
4. Casa que servio de quartel general
5. Arco Erigido pela Camara p^a a entrada de S. Ex.^a

³⁵ Elis Miranda, “Cametá: marcas da presença portuguesa na Amazônia”, in *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico no Antigo Regime: poderes e sociedades*, Lisboa, 2005, documento eletrônico: http://cvc.institutocamoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=76&Itemid=69

³⁶ Pelas proporções da representação, não é possível apreender os detalhes destas construções, mas o destaque na legenda demonstra a importância a elas concedida.

³⁷ Valéria S. de Souza, *Gosto, Sensibilidade e Objetividade na Representação da Paisagem Urbana nos Álbuns Ilustrados pelos Viajantes Europeus: Buenos Aires, Rio de Janeiro e México (1820-1852)*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-HI/USP, 1995, p. 78.

³⁸ Alexandre R. Ferreira, *Estado presente da Agricultura no Pará*, 1784, p. 24.

³⁹ Analisaremos as atribuições simbólicas de poder expressos na construção náutica. Podemos verificar a disposição da comitiva através da legenda com explicações sobre a ocupação das canoas:

6. Canoa N. S.ra da Piedade do transporte do S.r General e sua família
7. Canoa N. S.ra da Victoria do transporte do Ajud.e das ordens Manoel Thomaz Serra e o servente cordulo Casimiro da Silva Gusmão
8. Canoa S. Marta que serviço de cozinha
9. Canoa S. Francisco X.er do transporte do naturalista o D.or Alex.e Roiz Ferr.a
10. Canoa de N. S. da Redempção do transporte do D.or Ouv.or General Mathias J.e Ribr^o e o Sargento Mor João Vasco
11. Montaria das ordens do S.r General
12. Montaria de seu Ajud.e de Ordens
13. Montaria do D.or Ouv.or

⁴⁰ *Prospecto da Villa de Barcellos, antigamente Aldêa de Mariuá, creada Capital da Capitania de S. Joseph do Rio Negro, pelo Illm.º Exm.º Snr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, por Provisão de 6 de Mayo de 1758. Está situada na margem austral do Sobredito Rio Negro, na distancia de 70 legoas da sua foz; em 0º, 58', 11'' de latitude austral, e em 314º e 42' de Longitude oriental a Ilha de Ferro, segundo as ultimas observaçoens.*

⁴¹ A imagem não tem data, mas foi elaborada após Março de 1785 quando a Expedição chegou a Barcelos, e permaneceu nos arredores desta vila até 1787, quando partiu pelo Rio Madeira em direção a Mato Grosso.

⁴² (a) Canoa da Invocação de N. Snr. Do Pilar, de transporte de S. Ex.^a

- (a) (c) As duas igaritês das Órdens
- (b) Canoa do transporte do Capellão Pr. Pedro Thomáz
- (c) Canoa da Cozinha

- (d) Canoa da Invocação de N. Snr^a da Boa-Viagem, de transporte do Escrivão da Fazenda Real Sebastião Joseph Prestes, que sérvio de Secretario Interino
- (e) Canoa do transporte do cirurgião dos empregados na Demarcação Antonio Joseph de Araujo Braga
- (f) Canoa da Invocação de N. Snr^a do Valle, de transporte do Tenente Coronel João baptista Martel, Primeiro Comissario da Demarcação

⁴³ Ângela Domingues, “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais de setecentos”, in *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, vol. 8, 2001, pp. 823-838.

⁴⁴ Alexandre R. Ferreira, *Memoria sobre a marinha interior do Estado do Grão Pará*, Barcelos, 1787. Manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 21, 1, 24.

⁴⁵ Alexandre R. Ferreira, *Estado...op. cit.*, p. 4.

⁴⁶ Alexandre R. Ferreira, *Memoria...op. cit.* pp. 7-9

⁴⁷ *Ibidem*, p. 12.

⁴⁸ Ângela Domingues, *op. cit.*

⁴⁹ Alexandre R. Ferreira, *Memoria...op. cit.*, p. 28.

⁵⁰ Alexandre R. Ferreira, *Estado...op. cit.*, p. 24

⁵¹ José A. de Sá, *Compendio de observações que formão o plano da Viagem Política, e filosófica, que se deve fazer dentro da Pátria*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1783, p. 1.

⁵² Ernest. H. Gombrich. *A História da Arte*. Tradução de Álvaro Cabral, Rio de Janeiro, Guanabara, 1988; Svetlana Alpers, *op. cit.*

⁵³ Ermelinda M. Pataca, “Análise da aquarela dos índios Yurupixunas: suas representações artísticas e científicas”, in AAVV, *Epílogos y prólogos para un fin de siglo. VIII Jornadas de Teoría e Historia de las Artes*, Buenos Aires, CAIA, 1999, pp. 447- 455.

⁵⁴ William J. Simon, *Scientific expeditions in the Portuguese overseas territories (1783-1808)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

⁵⁵ José A. de Sá, *op.cit.*, p. 210.

⁵⁶ Alexandre Rodrigues Ferreira, *Memoria...op.cit.*

¿Cómo citar correctamente el presente artículo?

Pataca, Ermelinda; “Arte e ciência na Amazônia no século XVIII: o Prospecto da Vila de Cameté”. En *caiana. Revista de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA)*. No 5 | Segundo semestre 2014, pp. 62-79.

Enviado el 8 de julio de 2014

Aceptado el 9 de septiembre de 2014